

## Combate ao analfabetismo e capacitação profissional no programa de educação rural do governo Dutra (1949-1951)

---

*Adriana Mendonça Cunha<sup>i</sup>*

**Resumo:** este artigo analisa a colaboração do pesquisador estadunidense Robert King Hall com o programa de educação rural do governo Dutra, focalizando o tipo de escola e professores que se pretendia formar. O projeto, coordenado pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), tinha como objetivos combater os altos índices de analfabetismo, conter o êxodo em direção às cidades e capacitar o trabalhador rural, fixando-o no campo. Entre 1949 e 1951, Hall atuou como consultor técnico, ministrando um curso para professoras primárias, fazendo uma avaliação do projeto e elaborando um plano para construção de escolas consolidadas. A partir dos relatórios produzidos pelo pesquisador estadunidense, procuro discutir o modelo de educação rural apresentado no projeto e as percepções, críticas e sugestões de Hall. Busco, por fim, entrever possíveis influências de Hall junto ao projeto do INEP, refletindo sobre as trocas entre Brasil e Estados Unidos no campo educacional.

**Palavras-chave:** Educação Rural. Escolas Consolidadas. Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP). Robert King Hall.

### Combating illiteracy and professional training in the Dutra government's rural education program (1949-1951)

**Abstract:** this article analyzes the collaboration of the American researcher Robert King Hall with the rural education program of the Dutra government, focusing on the type of school and teachers that were intended to be formed. The project, coordinated by the National Institute of Pedagogical Studies (INEP), aimed to combat high illiteracy rates, contain the exodus towards the cities and train rural workers, fixing them in the countryside. Between 1949 and 1951, Hall served as a technical consultant, giving a course to primary school teachers, evaluating the project and drawing up a plan for the construction of consolidated schools. From the reports produced by the American researcher, I try to discuss the rural education model presented in the project and Hall's perceptions, criticisms and suggestions. Finally, I seek to glimpse possible Hall influences with the INEP project, reflecting on the exchanges between Brazil and the United States in the educational field.

**Key-words:** Rural Education. Consolidated Schools. National Institute of Pedagogical Studies (INEP). Robert King Hall.

Artigo recebido em 20/04/2020 e aprovado em 30/04/2020.

# COMBATE AO ANALFABETISMO E CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL NO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO RURAL DO GOVERNO DUTRA (1949-1951)

ADRIANA MENDONÇA CUNHA

## Introdução

Na primeira metade do século XX, o Brasil passou por uma série de mudanças político-econômicas que possibilitaram a sua transformação numa potência regional, industrializada e moderna (LOCHERY, 2015). Entre 1930 e 1945, Getúlio Vargas governou o país implementando diversas medidas autoritárias como o aumento da intervenção estatal sobre a economia, o controle dos sindicatos, a censura à imprensa e a perseguição de opositores. No campo educacional, criou o Ministério da Educação e Saúde (MES), em novembro de 1930, no intuito de promover reformas e organizar o ensino em nível nacional.

A eclosão da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e a aliança com os Estados Unidos tiveram forte impacto na vida política e econômica do país. O conflito permitiu ao governo Vargas angariar importantes recursos para o rearmamento das Forças Armadas, firmar acordos econômicos e obter financiamento para a construção da usina siderúrgica de Volta Redonda. Além disso, a participação da Força Expedicionária Brasileira (FEB) no teatro de guerra deu ao Brasil prestígio internacional.

Foi neste cenário que o pesquisador estadunidense Robert King Hall (1912-1981) deu início a uma série de viagens ao Brasil para estudar nosso sistema educacional. A primeira delas, em 1940, resultou de um acordo estabelecido entre a Universidade de Michigan (UM) e o Instituto Brasil-Estados Unidos (IBEU) para a promoção do intercâmbio intelectual entre os dois países. A organização destes convênios estava em consonância com a política cultural promovida pelo governo estadunidense, que procurava se aproximar dos países latino-americanos, no intuito de conseguir a unidade e a cooperação interamericana para defesa do continente.

Desde os anos 1930, com a adoção da Política da Boa Vizinhança pelo governo Roosevelt, os Estados Unidos procuraram incentivar os intercâmbios com a América Latina. Em 1938, o Departamento de Estado criou a Divisão de Relações Culturais e, em 1940, o *Office of the Coordinator of Inter-American Affairs* (OCIAA). Tais iniciativas foram fundamentais para o estabelecimento de uma diplomacia cultural, voltada para projetar uma imagem positiva dos Estados Unidos diante dos vizinhos latino-americanos (HART, 2013).

Com o fim do conflito, o Brasil retornou ao regime democrático, com a deposição de Vargas e a eleição de Eurico Gaspar Dutra. Antigo ministro de guerra no Estado Novo (1937-1945), Dutra se tornou um incentivador das relações entre Brasil e Estados Unidos, alinhando-se ao governo estadunidense no cenário internacional. Seguindo este caminho, rompeu relações diplomáticas com a União Soviética, cassou o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e promoveu perseguições aos comunistas (VIZENTINI, 2011; MUNHOZ, 2002). Procurou abrir a economia para o mercado externo, censurou a imprensa e, no campo educacional, deu continuidade às ações de combate ao analfabetismo, construção de prédios escolares e incentivo ao ensino técnico.

Um dos problemas educacionais enfrentados pelo seu governo foi o índice de analfabetismo elevado, principalmente entre as comunidades rurais. Com mais da metade da população analfabeta, sua gestão empreendeu um projeto de construção de prédios escolares pelo interior do país. Mais do que ensinar a ler, escrever e contar, estes estabelecimentos deveriam ser capazes de conter o crescente êxodo em direção às cidades,

# COMBATE AO ANALFABETISMO E CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL NO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO RURAL DO GOVERNO DUTRA (1949-1951)

ADRIANA MENDONÇA CUNHA

capacitando produtivamente o homem do campo. Por isso, preconizava-se a organização de um ensino tipicamente rural.

Coube, então, ao Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) a responsabilidade de organizar, traçar diretrizes e coordenar um projeto de construção de escolas rurais. A premissa básica do programa era a criação de um modelo escolar que fosse adaptado à realidade rural. Assim, ele estaria voltado para a alfabetização e a aprendizagem de conhecimentos que poderiam ser aplicados na vida prática da comunidade na qual a escola estava inserida.

Pensando nisso, passou a ser incluído no plano a construção de escolas normais rurais, destinadas a formar um corpo docente especializado para este tipo de instituição. Para atender a demanda imediata, porém, o INEP deu início, em 1947, a programas de treinamento de professores por meio de cursos promovidos pelo instituto. Foi assim que, em 1949, Robert King Hall mais uma vez retornou ao Brasil, agora, como convidado pelo diretor do INEP para trabalhar como consultor técnico do projeto.

Sua contribuição consistiu em organizar e ministrar um curso para professoras primárias rurais e fazer uma avaliação do programa. Estas atividades resultaram em dois relatórios publicados na *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* (RBEP). Além disso, Hall também foi convocado, em 1951, para montar um plano para a construção de escolas consolidadas rurais. O objetivo deste artigo é analisar esta colaboração, procurando focalizar o modelo escolar preconizado pelo programa do INEP a partir da avaliação que Robert King Hall fez dele.

As críticas e sugestões de Hall revelam suas percepções sobre o projeto e o tipo de educação rural que ele acreditava ser ideal para o Brasil. O fato dele ter sido convidado a escrever um plano para construção de escolas consolidadas, baseadas num modelo estadunidense, indica uma certa influência de suas ideias junto ao campo educacional brasileiro daquele período. Além disso, permite refletir sobre como as relações entre Brasil e Estados Unidos se configuravam para além dos acordos político-econômicos.

## O INEP e o programa de educação rural

O Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) foi criado em 1937, durante a gestão de Gustavo Capanema à frente do Ministério da Educação e Saúde (MES)<sup>ii</sup>. Suas atividades tiveram início em 1938, sob o comando de Lourenço Filho, primeiro diretor-geral da instituição<sup>iii</sup>. Caberia ao INEP a responsabilidade pela

Organização de documentação relativa à história das doutrinas e das técnicas pedagógicas e das instituições educativas; o estabelecimento de intercâmbio com as instituições educacionais do país e do exterior; a promoção de inquéritos e pesquisas sobre os problemas atinentes à organização do ensino e sobre os vários métodos e processos pedagógicos; a promoção de investigações da psicologia aplicada à educação e da orientação e seleção profissional; a assistência técnica aos serviços estaduais, municipais e particulares de educação; e a divulgação de conhecimentos relativos à teoria e à prática pedagógicas (BRASIL, 1938)<sup>iv</sup>.

Assim que começou a funcionar, o instituto contou com um serviço de biometria médica, biblioteca pedagógica, museu pedagógico e com as seções de documentação e pesquisa, psicologia aplicada e orientação e seleção de profissionais. Para organizar os

# COMBATE AO ANALFABETISMO E CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL NO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO RURAL DO GOVERNO DUTRA (1949-1951)

ADRIANA MENDONÇA CUNHA

trabalhos da instituição, em 1939 foi realizado concurso público. Entre os aprovados estavam Paschoal Lemme e Murilo Braga de Carvalho. Ambos tiveram contato direto com Robert King Hall.

Lemme, como diretor da seção de documentação e pesquisa, ajudaria Hall na coleta de fontes para a produção de sua tese de doutorado, em 1940. Posteriormente, o educador brasileiro teceria inúmeras críticas à atuação do pesquisador estadunidense no programa de educação rural coordenado pelo instituto<sup>v</sup>. Por sua vez, Murilo Braga parecia partilhar de uma outra opinião, visto que como diretor do INEP, em 1949, resolveu convidar Robert King Hall para atuar como consultor técnico no projeto.

É preciso ressaltar que o contato de Hall com o instituto é anterior à gestão de Braga. Conforme mencionado, em 1940, o pesquisador estadunidense realizou investigações para sua tese de doutorado e contou com apoio do INEP. Mantendo, inclusive, contato direto com Lourenço Filho. Além disso, Hall também publicou, em algumas ocasiões, no periódico da instituição, a *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* (RBEP).

Criada em 1944, a RBEP tinha como objetivos apresentar os resultados de pesquisas, dados estatísticos e divulgar ações do Ministério da Educação e Saúde. De distribuição gratuita, ela continua sendo editada e mantém-se como uma das revistas educacionais mais antigas do mundo. Em suas edições também aparecem artigos de escritores brasileiros e estrangeiros sobre diversos temas relacionados ao ensino. Robert King Hall esteve entre estes autores, tendo publicado pelo menos em três ocasiões.

Em agosto de 1949, lançou o artigo *Autonomia da educação: ficção desejável*. Seguido por *Observações e Impressões sobre o ensino rural no Brasil*, em janeiro de 1950; e *Problemas de Educação Rural*, em agosto de 1950. Os dois últimos diziam respeito à atuação de Hall no programa de construção de escolas primárias rurais coordenado pelo INEP. São a estes dois últimos que irei me deter neste artigo.

À medida que a década de 1940 avançava, o INEP passou a ocupar lugar central na organização de políticas públicas educacionais. Foi assim que, na gestão de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), coube ao instituto: “selecionar os tipos mais apropriados e econômicos de prédios escolares, para as zonas rurais, e de distribuir, equitativamente, os novos recursos disponíveis entre as unidades da Federação, mediante acordos bilaterais” (DUTRA, 1947, p. 30).

A partir de convênios assinados entre os estados e o INEP, recursos do Fundo Nacional de Ensino Primário<sup>vi</sup> eram distribuídos entre aqueles que não tinham condições de arcar com os custos das edificações. Depois de assinar os termos, os governos estaduais se comprometiam a construir um determinado número de escolas em municípios indicados pelo INEP. A verba era depositada em parcelas, liberadas mediante o cumprimento das metas estipuladas pelo instituto. Técnicos eram enviados regularmente para verificar o prosseguimento das obras e prestar suporte técnico aos departamentos estaduais de educação.

O direcionamento de recursos para a construção de escolas em áreas rurais resultava basicamente de três fatores: as altas taxas de analfabetismo, a concentração populacional e o crescente êxodo rural. Com cerca de 70% da população vivendo na zona rural, na década de 1940, o Brasil passava por um rápido processo de industrialização e urbanização. O latifúndio, as péssimas condições sanitárias e a falta de recursos levavam milhares de pessoas a partirem rumo aos centros urbanos em busca de trabalho e melhores condições de vida. Com essa expansão, a procura pelo ensino público cresceu e deixou em evidência a precariedade e o número insuficiente de escolas (ROMANELLI, 1986).

# COMBATE AO ANALFABETISMO E CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL NO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO RURAL DO GOVERNO DUTRA (1949-1951)

ADRIANA MENDONÇA CUNHA

Com o crescimento das cidades, o governo passou a ver o êxodo rural como um problema a ser enfrentado através da adoção de um modelo de ensino que fosse capaz de “ensinar não apenas a ler, escrever e contar, mas hábitos de higiene e valorização da vida no campo” (SCHELBAUER, 2014, p. 80). Era necessário promover a melhoria da qualidade de vida das populações rurais através de práticas higienistas, no combate de doenças, possibilitando o acesso a conhecimentos técnicos para o aperfeiçoamento da produção, garantindo, assim, a fixação do homem no campo.

Isto exigia a constituição de um corpo docente preparado para esta modalidade de ensino. Assim, um outro aspecto ressaltado por Dutra em sua mensagem ao Congresso, em 1947, foi a preocupação com a formação de professores para atuarem nas escolas construídas pelo programa.

A falta de um professorado primário, recrutado entre as próprias populações rurais e preparado especialmente para enfrentar os problemas do meio, era, até hoje, uma das mais graves lacunas do nosso sistema de escolar primário e uma das principais causas do analfabetismo que grassa em nosso meio rural (DUTRA, 1947, p. 30).

Ao se organizar um modelo de ensino voltado para a valorização do meio rural, a fixação do homem no campo e a promoção da qualificação de mão de obra, preconizava-se a atuação de profissionais adaptados às exigências do meio ao qual estariam inseridos. Por isso, ao iniciar o programa, em 1946, a formação de professores primários para as novas escolas representou um dos principais objetivos do projeto. Nele estava prevista a construção de escolas normais rurais voltadas para a preparação de docentes capazes de promoverem uma transformação social, “levando ao homem do campo os hábitos, atitudes e conhecimentos escolares, aliados ao domínio de técnicas de plantio e industrialização caseira de alimentos” (MIGUEL, M., 2007, p. 85).

Construídas com recursos federais, as escolas normais rurais deveriam selecionar jovens da própria localidade para ingressarem no curso e, futuramente, atuarem nas escolas primárias rurais da região. Os currículos deveriam estar voltados para a aprendizagem de técnicas de agricultura, puericultura, jardinagem e criação de pequenos animais. A escolha de pessoas da própria localidade representava um dos pontos mais importantes do projeto: manter a escola em harmonia com a comunidade, incentivando-a a adotar os conhecimentos e técnicas, levados para suas casas pelas crianças, mudando a realidade e educando toda a população local. Além disso, acreditava-se que isso conteria o fascínio exercido pelas cidades, evitando o abandono das escolas pelos docentes.

Enquanto as escolas normais rurais estavam em construção, o INEP lançou mão dos cursos de aperfeiçoamento para capacitar professores para lecionarem nas escolas primárias rurais já construídas. Em nível local, eram organizados pelos departamentos estaduais de educação, assessorados por técnicos do instituto. Anualmente, o INEP também realizava um curso geral na sua sede no Rio de Janeiro, selecionando professores de todo o Brasil. E para o ano de 1949, foi organizado um grande seminário com 160 professores. Para ministra-lo, Murilo Braga convidou o pesquisador estadunidense Robert King Hall.

## Colaboração de Robert King Hall com o programa de educação rural

# COMBATE AO ANALFABETISMO E CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL NO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO RURAL DO GOVERNO DUTRA (1949-1951)

ADRIANA MENDONÇA CUNHA

O curso *Problemas de Educação Rural*, ministrado por Robert King Hall, ocorreu entre os dias 07 e 24 de dezembro de 1949, na sede do INEP no Rio de Janeiro. Organizado em forma de seminário, contou com a participação de 160 professoras primárias de todo o país. Todos os custos com passagem e hospedagem das docentes, assim como a remuneração de Hall, foram pagos com recursos do programa. As cursistas, por sua vez, deveriam se comprometer a atuar nas escolas primárias rurais construídas em seus respectivos estados.

Devido ao “sucesso e repercussão do curso”, o INEP decidiu publicá-lo em formato de texto na *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP)*<sup>vii</sup>. Na introdução, Murilo Braga procurou justificar a contratação de Hall, afirmando tratar-se de uma pessoa capacitada “não só pela experiência que possui no tratado dessas questões, como pelo profundo conhecimento dos problemas do Brasil” (1950, p.13). Partindo deste relatório, procurarei discutir as principais questões levantadas por Hall no seminário.

Por questão de espaço, optei por abordar, neste artigo, os tópicos centrais elencados pelo pesquisador estadunidense: *a escola primária rural e o professor destinado a esta instituição*. Com relação à escola, três pontos permearam as discussões: **sua integração na comunidade, seu papel na segurança nacional e o currículo**. Já no tocante ao professor, foram debatidos a **formação do professor primário rural e seu papel no desenvolvimento econômico do país**.

Como é possível perceber pelos temas propostos, o seminário estava em consonância com os objetivos principais do programa: produção de currículo e docentes preparados para as especificidades das zonas rurais. Para além destas questões, Hall também focalizou na importância da educação rural no desenvolvimento e segurança do país. Isto justifica-se, segundo ele, pelo fato de a escola primária rural servir, antes de mais nada, para “promover a realização dos ideais democráticos na vida prática do aluno” (1950, p.22).

Levando em consideração o contexto histórico daquele período, podemos compreender porque é crucial, na visão de Hall, a escola ser agente de defesa da democracia. Lembremos que, no final dos anos 1940, as disputas entre Estados Unidos e União Soviética deram origem ao conflito conhecido como Guerra Fria. Existia, entre estes dois países, uma luta por espaços de influência, cada um representando uma visão de mundo. Hall, cidadão estadunidense, vivia aquele momento e fazia questão de apontar a existência de “uma crise (o mundo já está numa luta de vida ou morte entre duas ideologias extremamente poderosas e aparentemente irreconciliáveis): comunismo versus democracia ocidental” (1950, p.91).

No Brasil, esta disputa fez-se sentir tanto na política externa quanto interna, com o rompimento das relações diplomáticas com a União Soviética, alinhamento aos Estados Unidos, perseguição e cassação do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Essa tensão e o temor da influência comunista se fazem sentir no campo educacional brasileiro, conforme pode ser comprovado na mensagem do presidente Eurico Gaspar Dutra, em 1947, ao Congresso Nacional.

Ao falar sobre a importância de combater o analfabetismo, Dutra chama atenção para o fato de que a população não escolarizada seria o principal alvo de “propagandas fáceis e perturbadoras que irão procurar o elemento político passivo, com ajuda do qual submeterão as nossas instituições a um combate cada vez mais violento e fanatizado” (1947, p. 17). Mais à frente, o presidente retomava o tema, declarando a relevância da luta contra o comunismo e defesa do regime democrático.

# COMBATE AO ANALFABETISMO E CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL NO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO RURAL DO GOVERNO DUTRA (1949-1951)

ADRIANA MENDONÇA CUNHA

A democracia justifica e reclama providência de defesa, tanto mais salutar, quanto mais entranhadas em ânimo preventivo. Remediar é sempre mais penoso que acautelar. Contra as ideologias declaradas partidárias do emprego da violência, a luta começa no lar, desdobra-se na escola e acompanha a cada um e a todos no decorrer da inteira existência (DUTRA, 1947, p.30).

Neste sentido, a educação assumiria papel central na garantia da segurança nacional. E, para Hall, mesmo as escolas primárias rurais, localizadas no interior do país, tinham funções a desempenhar. Portanto, era necessário desenvolver um tipo de ensino que permitisse aos alunos:

- a) Conhecer a política nacional oficial e ser convencido da correção dessa política, através do exame crítico e não a aceitar como argumento de autoridade.
- b) Ser educado para a liberdade de pensamento.
- c) Desenvolver fé inteligente na ideologia básica.
- d) Desenvolver certo patriotismo, sem destruir o exame crítico.
- e) Formar indivíduos fisicamente capazes de satisfazer as necessidades de Segurança Nacional.
- f) Deve formar especialistas (não apenas em táticas militares, mas em métodos de produção em massa, para a indústria bélica de guerra).
- g) Deve desenvolver capacidade de enfrentar situações estranhas, com rapidez e eficiência, mediante a aplicação de conhecimentos e técnicas básicas. (HALL, 1950, p.93 e 94).

Para a construção deste modelo dois pontos eram fundamentais: o currículo e os docentes selecionados. Assim como o programa previa, Hall também defendia a escolha de professores da própria comunidade. Ele destacava, ainda, a importância do treinamento constante e incentivos à carreira. O arquétipo de profissional que aparece no relatório era o de uma pessoa íntegra, com valores morais, saída de dentro da comunidade, respeitada e capaz, não só de instruir, mas imprimir o amor à vida rural (1949, p. 56).

Neste primeiro relatório, Hall pareceu dar maior relevo à formação e ao papel da escola e dos docentes na construção e defesa da democracia e desenvolvimento nacional. Questões relacionadas ao currículo das escolas aparecem, mais detalhadamente, no seu segundo relatório, intitulado *Observações e impressões sobre o ensino rural no Brasil*, produzido depois de sua primeira viagem Sergipe<sup>viii</sup>.

Após concluir o seminário, Hall seguiu para Sergipe ao lado de Murilo Braga e técnicos no INEP. O objetivo era conhecer de perto a execução do programa para que ele pudesse fazer uma avaliação. A escolha daquele estado justificava-se pelo tamanho territorial, por ser eminentemente rural e ter um grande número de escolas primárias rurais, financiadas pela União, em funcionamento. Isso transformou Sergipe em projeto piloto do programa, servindo de base para a avaliação do pesquisador estadunidense<sup>ix</sup>. Para realizar sua análise,

O prof. King Hall percorreu o oeste e o norte de Sergipe, numa extensa região entre Aracaju e Paulo Afonso. Aracaju e Propriá, no Baixo São Francisco. Visitou vinte e quatro escolas rurais, três grupos escolares e uma escola normal rural<sup>x</sup>.

# COMBATE AO ANALFABETISMO E CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL NO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO RURAL DO GOVERNO DUTRA (1949-1951)

ADRIANA MENDONÇA CUNHA

Ao publicar o relatório na RBEP, mais uma vez, Murilo Braga produziu uma introdução ao texto, tecendo inúmeros elogios ao pesquisador estadunidense. Nela, o diretor do INEP fez questão de ressaltar os motivos da escolha de Hall para colaborar com o projeto, fazendo referências a missões realizadas por Hall em outros países, como Japão e Irã<sup>xi</sup>.

Uma opinião do mais alto valor, pela autoridade de quem a subscreve. E ela não decorre apenas de sua alta posição no magistério daquela famosa instituição [Universidade de Columbia], mas muito especialmente do conhecimento que o Dr. Hall possui das coisas brasileiras e dos problemas educativos de nosso país. Acentua-se ainda pelo trato das questões de educação rural em vários países da América Latina e do Oriente. (BRAGA, 1950, p.05)<sup>xii</sup>.

De maneira geral, o relatório apresenta três pontos principais: suas impressões e temores em relação ao projeto, as vantagens do programa e as sugestões para ampliação e reformulação do mesmo. Antes de mais anda, Hall apontava ter uma boa impressão do projeto, mas revelava quatro temores, a saber: 1- utilização dos recursos para fins políticos; 2- falta de continuidade do programa, devido a mudanças no governo; 3- investimento na construção de prédios escolares, sem melhorias da educação; 4- abandono, por parte do INEP, das atividades de pesquisa e treinamento (HALL, 1950).

Destes pontos, destaco os dois primeiros como reveladores do conhecimento que Hall parecia ter adquirido sobre a realidade brasileira a partir de suas viagens, realizadas desde 1940. Ele compreendia que, no Brasil, os interesses políticos eram fortes o suficiente para influenciar e, na maioria das vezes, determinar os rumos das reformas educacionais empreendidas.

Também chama a atenção o alerta de Hall para a construção de escolas sem a melhoria efetiva da educação. Neste sentido, focaliza a importância da construção dos currículos para estas escolas. Segundo ele, não bastava a criação do prédio, era preciso efetivar uma educação tipicamente rural e mantê-la em desenvolvimento.

Com relação as vantagens, Hall elencou quatro: 1- ajuda a radicar as professoras nas zonas rurais; 2- educar a comunidade em que está sediada a escola; 3- educa as instituições governamentais a uma nova forma descentralizada de administração; 4- construiu escolas nas regiões mais necessitadas (HALL, 1950).

Como já apontando anteriormente, os professores selecionados deveriam provir das próprias localidades, permitindo o seu autorreconhecimento e integração com a comunidade. Por isso, além do prédio escolar, o programa previa a construção de uma residência para os professores, anexa à escola. Este ponto chamou a atenção do pesquisador estadunidense que teceu elogios ao projeto arquitetônico. Segundo ele, ao se construir a casa dos docentes, “não se cometeu o grave erro psicológico de afrontar a comunidade local com uma casa luxuosa ou grandiosa, completamente fora do alcance dos membros da comunidade” (HALL, 1950, p.115).

A residência simples fazia com que as pessoas se identificassem com os professores, vendo-os como parte da comunidade, o que permitiria a eles exercerem maior influência sobre o local no qual atuavam. Já no tocante à escola, Hall comparava a simplicidade das construções com os prédios escolares encontrados nas cidades. “A

# COMBATE AO ANALFABETISMO E CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL NO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO RURAL DO GOVERNO DUTRA (1949-1951)

ADRIANA MENDONÇA CUNHA

arquitetura é extremamente funcional e a conservação deve ser 30 a 35% inferior aos prédios inicialmente construídos nas cidades do Estado em que visitei” (HALL, 1950, p.115). A adoção de um padrão arquitetônico para as escolas fazia parte do plano do INEP e tinha funções bem específicas: deveriam ser prédios simples, de rápida edificação, arejados, higiênicos, sem grandes custos de construção e manutenção (INEP, 1948).

O currículo das escolas foi especialmente discutido por Hall neste relatório. Para o pesquisador, a presença de jardins, hortas e criação de animais previstos no programa permitiriam educar as crianças, ensinando-as novas técnicas agrícolas. Estes conhecimentos seriam transmitidos aos pais, promovendo sua difusão por toda a comunidade. A escola rural deveria ser uma instituição capaz de instruir a população local, inculcando-lhes novos hábitos de higiene e trabalho. Para Hall, a maior prova do poder de influência da instituição era o fato da população local copiar o modelo arquitetônico e as práticas agrícolas ensinadas (HALL, 1950).

Todavia, para Hall, o programa ainda estava começando e muitas questões precisavam ser reavaliadas e mudanças deveriam ocorrer. Ele é categórico ao afirmar que a principal vantagem do projeto tinha sido a construção de escolas em regiões afastadas, ao mesmo tempo, reafirmando a existência de muitos outros problemas educacionais a serem resolvidos.

Educador algum poderia afirmar, com honestidade, que a construção dessas escolas resolve pelo menos o problema do ensino primário no Brasil e sem dúvida esse problema é apenas um dos muitos, todos extremamente difíceis e urgentes, existentes no Brasil. Não há dúvida, todavia, que esse plano realizou algo que nenhum outro programa da história do Brasil jamais realizou. Deu escolas aos habitantes do Brasil rural, a seus pobres, atrasados, esquecidos e desesperados filhos (HALL, 1950, p.118).

Ao final do relatório, Hall indicou algumas sugestões para uma futura revisão e ampliação do projeto. Elas consistiam em: 1- prosseguimento do programa; 2- aceleração da formação dos professores rurais; 3- completa revisão dos programas das escolas primárias e normais rurais; 4- criação de novos tipos de instituições educativas. O pesquisador estadunidense apontou como principal falha do projeto a lentidão e pouco investimento para a preparação de pessoal.

A formação de professores rurais deve ser acelerada ao ponto máximo. Creio que maior percentagem dos fundos do INEP deveria doravante ser devotada a escolas para professores rurais e que seria conveniente instituir cursos intensivos para a formação de professores rurais, de modo a preparar professores em número suficiente para as escolas à proporção que se construírem. Creio que o INEP poderia empreender imediatamente um intensivo programa de pesquisas para determinar a melhor maneira de atingir esse objetivo, estabelecendo depois programas de treinamento financiados pelo Governo da União (1950, p.119).

Para Hall, os cursos organizados pelo INEP eram insuficientes para formar no professor primário rural as habilidades e competências necessárias. Pensando nisso, sugeriu não só a continuidade do seminário *Problemas de Educação Rural*, como a

# COMBATE AO ANALFABETISMO E CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL NO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO RURAL DO GOVERNO DUTRA (1949-1951)

ADRIANA MENDONÇA CUNHA

organização de cursos semelhantes em outras regiões. Também pareceu incomodá-lo o critério de seleção dos cursistas. Para o pesquisador estadunidense, eles deveriam ser selecionados por concurso e não indicação. Novamente, Hall parecia preocupado com os usos políticos do projeto.

Os cursos deveriam também ser ampliados e divididos em níveis: cursos de matérias metodológicas e técnicas, destinados a ensinar aos professores métodos úteis para o desenvolvimento de atividades agrícolas na escola. E, outros, com temas mais gerais, visando dar aos docentes consciência do seu papel na comunidade local e no cenário nacional.

Por fim, o pesquisador propunha, ainda, uma séria revisão dos currículos das escolas rurais. Para Hall:

Os novos programas devem ser elaborados nas áreas rurais, sobretudo nas escolas normais, com o auxílio das escolas primárias anexas ou vizinhas. Basicamente os programas devem surgir da comunidade local, no processo de experiência e crescimento de professores e autoridades locais, em colaboração com o público em geral. Os programas devem dar maior atenção à agricultura prática – jardinagem, criação de animais, etc. Também devem incluir o ensino de indústrias domésticas de produtos vendáveis a fim de aumentar a renda do agricultor durante os períodos de inatividade forçada. Devem incluir também uma parte bem desenvolvida e extremamente prática sobre saúde e higiene – controle de malária, controle de fontes de água potável, construção e manutenção de instalações sanitárias etc. As disciplinas de classe, língua pátria, aritmética, história e geografia devem ceder lugar a um projeto de metodologia em que os alunos aprendam as matérias-instrumentos, como parte integrante de projetos mais amplos e gerais, relativos da vida cívica e da formação a assuntos da vida familiar, profissional (HALL, 1950, p.123 e 124).

É interessante notar que, mesmo propondo a organização de cursos onde os professores entrariam em contato com conhecimento tecnológico, político, econômico e socioculturais, Hall defendia limitar, quando não, dispensar dos currículos disciplinas como aritmética, língua estrangeira, história e geografia. Isto demonstra o caráter tecnicista que se desejava dar a estas instituições, voltando-as para a melhoria dos métodos de produção do homem rural. Nas escolas normais rurais, por exemplo, os futuros professores estudariam disciplinas práticas, por meio das quais aprenderiam técnicas modernas de produção e profilaxia, transmitindo-as nas escolas primárias rurais e, conseqüentemente, para toda a comunidade.

Já nos cursos de formação, entrariam em contato, de maneira breve e sucinta, com conhecimentos relativos a questões nacionais e internacionais como o comunismo. Aprenderiam sobre a importância do seu trabalho para o desenvolvimento do país, a manutenção da segurança nacional e a construção da democracia. E ao retornar ao meio rural, nas regiões mais distantes do país, transformar-se-iam em “intérpretes” dos valores a serem disseminados entre os trabalhadores rurais.

## Plano de construção de escolas consolidadas nas zonas rurais do Brasil

No final do relatório *Observações e impressões sobre o ensino rural no Brasil*, Robert King Hall sugere a inserção de novos modelos escolares ao programa do INEP.

# COMBATE AO ANALFABETISMO E CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL NO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO RURAL DO GOVERNO DUTRA (1949-1951)

ADRIANA MENDONÇA CUNHA

Sua principal indicação era a criação de *Escolas Consolidadas*, segundo ele, bastante populares nos Estados Unidos. Este tipo de instituição se caracterizava por ser

(..) dotada de vários professores, localizada numa área rural e frequentada por alunos procedentes de uma grande área em torno da escola, mediante uma rede de ônibus de propriedade da escola. As grandes vantagens desta escola fundindo os esforços de uma área maior, a qualidade da escola, o tamanho da biblioteca, a especialização dos professores, a diversidade dos cursos e as instalações da sede podem elevar a escola ao nível de uma boa escola urbana, embora localizada numa zona de fraca densidade demográfica. Seu sucesso depende essencialmente de três fatores: uma rede razoável de estradas utilizáveis em todas as estações do ano, um ônibus que possa apanhar as crianças em vários pontos próximos da escola, e boa vontade de várias autoridades locais, para cooperar nesse esforço conjunto. Nos Estados Unidos tiveram essas escolas um sucesso enorme (HALL, 1950, p.124 e 124).

Mesmo sendo um projeto ambicioso, esta proposta parece ter chamado a atenção de Murilo Braga. Pelo menos é o que sugere um manuscrito encontrado na documentação relativa à colaboração de Hall com o INEP<sup>xiii</sup>. Trata-se da apresentação de um plano elaborado pelo pesquisador estadunidense, a pedido de Braga, para implementação de escolas consolidadas nas zonas rurais brasileiras.

O plano elaborado por Hall, em sete páginas, contém informações básicas sobre os objetivos, público, organização, estrutura, currículo, pessoal técnico necessário e benefícios da escola consolidada. Para análise, selecionei os pontos que considero mais importantes para este trabalho: a **versatilidade da escola consolidada**, o **público alvo**, **currículo** e **impacto na comunidade**.

O primeiro ponto aqui elencado parece ter sido o principal objetivo de Hall ao apresentar o projeto: provar que a escola consolidada era um modelo econômico e maleável, podendo ajustar-se a qualquer modalidade de ensino. Segundo ele, “o nome *Escola Consolidada* historicamente vem do movimento de trazer junto um número de escolas isoladas de salas individuais, para que o esforço de cooperação pudesse ser fortalecido e o financiamento facilitado” (HALL, 1951, p.01).

Sendo assim, a escola consolidada estaria voltada para crianças de pequenas comunidades rurais isoladas, áreas com baixa população, poucos recursos e instrução precária. Ao reunir pequenas escolas de uma sala e professor em uma única instituição, seria possível organizar recursos e investir numa estrutura maior e diversificada. O que nos leva ao terceiro ponto, o currículo.

Assim como proposto pelo programa de educação rural do INEP, fica muito claro que a escola consolidada também preconizaria uma formação de cunho profissionalizante. Organizada em várias salas, ela deveria contar com a seguinte estrutura:

- A - Lojas de treinamento manual para ensinar trabalho com madeira, metal, confecção de sapatos, ofícios simples como cerâmica, elementos de alfaiataria, trabalho com couro, etc.
- B - Salas de ciências domésticas para ensinar a cozinhar, corte e costura, cuidado com crianças e bebês
- C - Auditório.

# COMBATE AO ANALFABETISMO E CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL NO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO RURAL DO GOVERNO DUTRA (1949-1951)

ADRIANA MENDONÇA CUNHA

D - Biblioteca com livros cuidadosamente selecionados para uso dos estudantes, acessível a eles, alojados em sala separada com mesas e cadeiras simples para leitura, e com provisão feita para retirada e uso em casa.

E - Clínica médica e dentária operada em cooperação com médico e dentista local, ou por visitas periódicas de médicos.

F - Sala de refeições.

G - Jardins e granjas onde as crianças podem praticar a experiência na agricultura e criação de aves. Se as escolas propostas estão localizadas em Estações Experimentais de Agricultura, aquelas estações podem fornecer tanto a terra quanto a instrução especializada.

H - Parque infantil.

I - Instalações higiênicas – banheiros com instalações adequadas podem ser providenciados e mantidos. A escola pode providenciar cortes de cabelo e realizar inspeções periódicas das mãos como parte do programa de saúde pública. (HALL, 1951, p. 02).

No tocante ao currículo, Hall destaca que este modelo em nada diferia do ensino elementar brasileiro, exceto por possuir maior organização e estrutura. Isto permitiria uma melhor qualidade de ensino/aprendizagem, além de garantir uma formação complementar. Portanto, deveriam ser ofertados aos alunos noções básicas de comércio, agricultura, habilidades domésticas, educação moral e cívica, cuidados básicos de higiene e saúde (HALL, 1951).

Outro destaque fica por conta dos profissionais que a escola consolidada demandaria. Os primeiros diretores, além de serem formados pelos cursos do INEP, deveriam realizar viagem aos Estados Unidos para fazer um treinamento de um ano em escolas consolidadas estadunidenses. Posteriormente, ao retorno ao Brasil, fariam o treinamento de outros diretores, um processo semelhante ao já apresentado no programa de educação rural (HALL, 1951).

No que diz respeito ao corpo docente, a sugestão seria a contratação de professores especialistas para ministrar disciplinas de sua especialidade. Mais uma vez, aparecem áreas-chaves como agricultura, educação física, ciência doméstica e comércio, especializações voltadas para a preparação do corpo e do trabalho braçal.

Por fim, o uso comunitário da escola seria o elo de ligação entre a comunidade e a instituição. Mais do que instruir as crianças, a escola consolidada seria um espaço para reunir e acolher a comunidade que vivia ao redor da escola. Seu espaço poderia abrigar os cursos de educação de adultos, campanhas de saúde pública, centros comunitários, associação de pais e moradores. Além disso, deveriam ser estimulados a criação de programas similares ao *“Futuros Fazendeiros da América”*, criado nos Estados Unidos, em 1925. Este programa tinha como premissa básica a formação técnica e o despertar do espírito de liderança da juventude rural estadunidense.

É interessante destacar que as propostas de Hall para a construção de escolas consolidadas, em 1951, não diferem dos seus apontamentos no relatório produzido em 1949. Embora ele aponte sua versatilidade, podendo servir para o ensino primário, secundário, vocacional, comercial, etc., seu projeto está completamente centrado numa educação utilitarista e estritamente profissional. Este modelo se destaca mais pela sua estrutura do que currículo. O número de salas, a redução da quantidade de alunos por turma, a separação por idade, os espaços recreativos e de aprendizagem técnica

# COMBATE AO ANALFABETISMO E CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL NO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO RURAL DO GOVERNO DUTRA (1949-1951)

ADRIANA MENDONÇA CUNHA

demonstram a preocupação com uma escola capaz de ofertar aos alunos condições para uma instrução qualificada.

Contudo, o currículo se volta para uma formação básica, aprendizagem de técnicas para a vida no campo, não indicando nenhum tipo de estímulo a outros caminhos que não a permanência na comunidade. Esta, por sua vez, ao se aproximar da escola, se fundiria numa só, tornando-se parte, orgulhosa, daquela instituição. Demonstrando, assim, que a escola e a comunidade fazem parte de um todo.

Outro aspecto é, sem dúvida, a transplantação de um modelo escolar estadunidense para o Brasil. Embora Hall adapte à realidade brasileira, fica claro sua constante referência aos Estados Unidos. Seja no modelo em si, assim como na proposta de criação de programas baseados em outros existentes no vizinho norte-americano.

Não faz parte dos meus objetivos discutir a implantação deste modelo escolar no Brasil. Em Sergipe, embora houvesse interesse do governo de José Rollemberg Leite em implantar uma escola modelo destas no Estado, o projeto não vingou. Contudo, destaco o trabalho de Lílian Maria Ramos (1987) sobre a construção de escolas rurais consolidadas no estado do Paraná a partir de 1976, como parte do projeto Pró-Rural.

Segundo a autora, foi a partir de 1964 que este modelo de ensino teve maior aceitação e passou a ser implementado através do II Plano Setorial de Educação e Cultura (RAMOS, 1987, p. 133). No Paraná, teriam sido construídas aproximadamente 53 escolas seguindo o modelo estadunidense.

## Conclusão

Este artigo procurou apresentar a colaboração de Robert King Hall com o programa de educação rural focalizando o tipo de escola e professores que se pretendia formar. A partir dos relatórios de Hall foi possível notar sua anuência com inúmeros aspectos do projeto, especialmente no que diz respeito ao currículo e à formação docente. Ao se organizar um modelo de escola primária para as zonas rurais, o objetivo central do programa era alfabetizar e capacitar minimamente aquelas populações para atuarem no campo. Hall reforça essa visão ao sugerir a limitação de disciplinas como aritmética, história e língua estrangeira.

Contudo, o pesquisador realizou críticas pertinentes ao projeto e à educação brasileira, de maneira geral, ao apontar os usos políticos dos recursos e a descontinuidade dos projetos educacionais, tão comuns na história do Brasil. Hall já havia estado entre nós tempo suficiente para conhecer a realidade nacional. Isto não impediu que ele indicasse a implantação de modelos escolares com base em exemplos estadunidenses.

Ao indicar a construção de escolas consolidadas, Hall desconsiderou uma série de fatores: os interesses políticos que surgiriam em torno da localização destas escolas e dos recursos a elas destinados; a disponibilidade de verbas e disposição do governo brasileiro em investir em escolas de tamanha envergadura, em áreas rurais, na maior parte das vezes, largadas a própria sorte.

O fato é que sua proposta chamou a atenção de Murilo Braga, fazendo-o convidar Hall para elaborar um projeto. O convite para trabalhar como técnico no programa e o interesse em adotar modelos escolares indicados por Hall demonstram o prestígio que o pesquisador estadunidense tinha no INEP e no cenário educacional brasileiro daquele período. Isto não significa que Hall tenha influenciado os rumos da educação no Brasil, aparentemente, suas propostas sequer foram colocadas em prática.

# COMBATE AO ANALFABETISMO E CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL NO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO RURAL DO GOVERNO DUTRA (1949-1951)

ADRIANA MENDONÇA CUNHA

Todavia, sua atuação permite entrever processos importantes de trocas entre Brasil e Estados Unidos no campo educacional. Conforme apresentado por Ramos (1987), a escola consolidada foi criada e posta em funcionamento no Brasil. Isso nos leva a refletir sobre como a circulação de pessoas, conhecimentos, modelos e ideias permitem apropriações e ressignificações em diferentes momentos e conjunturas.

## Fontes

BRASIL. **Decreto-Lei nº 580, de 30 de julho de 1938**. Dispõe sobre a organização do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Diário Oficial da União. Rio de Janeiro, DF, 30 jul. de 1948. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-580-30-julho-1938-350924publicacaooriginal-1-pe.html>.

DUTRA, Eurico Gaspar. 1947. **Mensagem ao Congresso Nacional**. Apresentada pelo Presidente da República por ocasião da Abertura da Sessão Legislativa de 1947. Rio de Janeiro: Presidência da República.

HALL, Robert King. Observações e impressões sobre o ensino rural no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro, v. XIV, nº 38, p. 110-125, Jan./Abr. 1950.

HALL, Robert King Hall. Problemas de Educação Rural. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro, nº 47, maio/agosto de 1950, 106p.

HALL, Robert King. **A suggested plan for consolidated schools to be established in Brazil, possibly in conjunction with Agriculture Experimental Stations of the Ministry of Agriculture**. Relatório encaminhado ao diretor do INEP, Murilo Braga. 1951, 07f.

## Referências

ÁVILA, Virgínia Pereira da Silva. **História do ensino primário rural em São Paulo e Santa Catarina (1921-1952):** uma abordagem comparada. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.

BANDEIRA, Moniz. **Presença dos Estados Unidos no Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **INEP 80 anos: 1937-2017**. Brasília: Viva Editora, 2018.

LOCHERY, Neil. **Brasil: os frutos da guerra**. Tradução: Lourdes Sette. 1. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015.

HART, Justin. **Empire of ideas: the origins of public diplomacy and the transformation of U.S. Foreign Policy**. Oxford University Press, 2013.

Hilton, S. E. The United States, Brazil, and the Cold War, 1945-1960: End of the Special Relationship. **The Journal of American History**, v.68, n.3, 1981, pp.599-624.

MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck. As escolas rurais e a formação de professores: a experiência do Paraná – 1946-1961. In: WERLE, Flávia Obino Corrêa (Org.). **Educação**

# COMBATE AO ANALFABETISMO E CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL NO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO RURAL DO GOVERNO DUTRA (1949-1951)

ADRIANA MENDONÇA CUNHA

**rural em perspectiva internacional:** instituições, práticas e formação do professor. Ijuí: Editora Ijuí, 2007, p. 79-98.

MUNHOZ, Sidnei. Ecos da emergência da Guerra Fria no Brasil (1947-1953). **Diálogos, Maringá**, v. 06, p. 41-59, 2002.

RAMOS, LÍlian Maria Paes de Carvalho. As “Escolas Consolidadas” paranaenses: mito e realidade. **Dissertação de Mestrado**. Programa Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, 1987.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil (1930-1973)**. Petrópolis: Editora Vozes, 1986.

SCHELBAUER, Analete Regina. Da roça para a escola: institucionalização e expansão das escolas primárias rurais no Paraná (1930-1960). **Revista História da Educação**, Porto Alegre, v. 18, nº 43, p. 71-91, maio/ago. 2014.

VISENTINI, Paulo G. O populismo e as relações Brasil-Estados Unidos (1945-1964): a dialética do alinhamento e da autonomia. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; MUNHOZ, Sidnei (Orgs.). **Relações Brasil-Estados Unidos: século XX e XXI**. 1. ed. Maringá: Eduem, 2011, p. 211-244.

## Notas

<sup>i</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Fundação Oswaldo Cruz (PPGHCS/COC/FIOCRUZ/RJ). Bolsista CAPES. Mestra em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Graduada em História pela UFS. Integrante do Grupo de Estudos do Tempo Presente (GET/UFS/CNPq). E-mail: [adriana@getempo.org](mailto:adriana@getempo.org).

<sup>ii</sup> A Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, criou o Instituto Nacional de Pedagogia que passou a se chamar Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, a partir do Decreto-Lei nº 580, de 30 de julho de 1938.

<sup>iii</sup> Lourenço Filho foi diretor do INEP entre 1938 e 1945. Murilo Braga de Carvalho entre 1945 e 1952 (faleceu num acidente de avião), substituído por Anísio Teixeira que permaneceu na direção entre 1952 e 1964.

<sup>iv</sup> BRASIL. Decreto-Lei nº 580, de 30 de julho de 1938. Dispõe sobre a organização do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Diário Oficial da União. Rio de Janeiro, DF, 30 jul. de 1948. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-580-30-julho-1938-350924publicacaooriginal-1-pe.html>.

<sup>v</sup> Nos agradecimentos de sua tese de doutorado, defendida em 1941, na Universidade de Michigan, Hall agradece a Paschoal Lemme pela ajuda fornecida durante suas pesquisas no INEP. Ver: HALL, Robert K. **Federal Control of Secondary Education in the ABC Republics** 1941. Dissertation submitted in partial fulfillment of the requirement of the degree of doctor of philosophy. University of Michigan, Ann Arbor. Em suas memórias, Lemme relatou, brevemente, os encontros que teve com Hall e teceu críticas a sua presença no país. Para mais informações, ver: CUNHA, Adriana Mendonça. Presença norte-americana na educação brasileira nos anos 1940 e 1950: um debate entre Paschoal Lemme e Robert King Hall na X Conferência Nacional de Educação (1950). **Anais eletrônicos do V Congresso Sergipano de História e V Encontro Estadual de História da Anpuh/SE**; 24 a 27 de outubro de 2016; Aracaju. Anpuh/SE, 2016.

<sup>vi</sup> Criado pelo Decreto-Lei nº 4.958, de 14 de novembro de 1942. Recursos federais destinados a ampliação e melhoria do ensino primário em todo o país. Os recursos deveriam ser distribuídos da seguinte maneira: 70% para construção de prédios escolares, 25% educação de jovens e adultos e 5% em bolsas de estudo (ÁVILA, 2013).

<sup>vii</sup> BRAGA, Murilo. A escola para o Brasil rural. Introdução ao relatório de Robert King Hall. Cf.: HALL, Robert King. Problemas de Educação Rural. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro, nº 47, maio/agosto de 1950, 106p.

<sup>viii</sup> Robert King Hall realizou duas viagens a Sergipe. Em 1949, após o seminário no Rio de Janeiro, para conhecer o programa em execução. Depois, em junho de 1950, para ministrar o curso *Problemas de educação rural* para professoras primárias rurais sergipanas. Cf.: CUNHA, Adriana Mendonça. História, educação e relações Brasil-EUA: Robert King Hall e o programa de construção de escolas rurais do INEP

# COMBATE AO ANALFABETISMO E CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL NO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO RURAL DO GOVERNO DUTRA (1949-1951)

ADRIANA MENDONÇA CUNHA

---

(1949-1951). 2018. 135 f. **Dissertação (Mestrado em Educação)** - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2018.

<sup>ix</sup> Por questão de espaço, o programa de educação rural sergipano não será debatido neste artigo. Cf.: CUNHA, Adriana Mendonça. História, educação e relações Brasil-EUA: Robert King Hall e o programa de construção de escolas rurais do INEP (1949-1951). 2018. 135 f. **Dissertação (Mestrado em Educação)** - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2018.

<sup>x</sup> Bem impressionado com o ensino rural no Brasil. **Diário de Notícias**. Rio de Janeiro, 15 jan. de 1950, p. 22.

<sup>xi</sup> Após a Segunda Guerra Mundial, Hall atuou em missão no Japão, a serviço do governo estadunidense. Em 1949, antes de vir ao Brasil, prestou assessoria ao governo iraniano na elaboração de um plano de reformas educacionais. Cf.: CUNHA, Adriana Mendonça. Notas iniciais sobre Robert King Hall e as missões culturais norte-americanas no Brasil (1940-1950). **Boletim Historiar**, n. 10, jul./ago. 2015, p.13-19.

<sup>xii</sup> BRAGA, Murilo. Uma opinião autorizada. In: HALL, Robert King. A nova escola primária brasileira. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro, nº 64, p. 05-30, 1950.

<sup>xiii</sup> Documentação relativa a contratação de Hall como consultor técnico encontra-se disponível para consulta no Centro de Documentação e Biblioteca em Educação do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (CIBEC/INEP), em Brasília.